



CNU

Bloco 6 - Setores Econômicos e Regulação

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Estado de direito e a Constituição Federal de 1988: consolidação da democracia, representação política e participação cidadã	1
Divisão e coordenação de Poderes da República	2
Presidencialismo como sistema de governo: noções gerais, capacidades governativas e especificidades do caso brasileiro	3
Efetivação e reparação de Direitos Humanos: memória, autoritarismo e violência de Estado	4
Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (Decreto nº 7.037/2009)	5
Combate às discriminações, desigualdades e injustiças: de renda, regional, racial, etária e de gênero	71
Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mudança climática	72
Exercícios	73
Gabarito	76

POLÍTICAS PÚBLICAS

Introdução às políticas públicas: conceitos e tipologias	1
Ciclos de políticas públicas: agenda e formulação; processos de decisão; implementação, seus planos, projetos e programas; monitoramento e avaliação	15
Institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado	17
Federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil: organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais	18
Exercícios	19
Gabarito	23

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Diversidade de sexo, gênero e sexualidade; diversidade étnico-racial; diversidade cultural	1
--	---

SUMÁRIO



Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiências; pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais minorias sociais	5
Exercícios	11
Gabarito	12

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA

Planejamento e gestão estratégica: conceitos, princípios, etapas, níveis, métodos e ferramentas.	1
Balanced Scorecard (BSC)	3
Matriz SWOT	4
Estabelecimento de objetivos e metas organizacionais	5
Métodos de desdobramento de objetivos e metas e elaboração de planos de ação e mapas estratégicos. Implementação de estratégias. Análise de cenários. Ferramentas de gestão. Metodologias para medição de desempenho	6
Indicadores de desempenho: conceito, formulação e análise.	7
Detalhamento da ferramenta de avaliação de desempenho: OKR	11
Gestão de pessoas. Liderança, gerenciamento de conflitos, motivação, sistemas de incentivo e responsabilização	12
Gestão do desempenho Programa de Gestão do Desempenho, teletrabalho. Indicadores de gestão de pessoas, flexibilidade organizacional; trabalho em equipe; gestão de redes organizacionais	16
Comportamento organizacional	18
Cultura organizacional	26
Gestão de projetos. Conceitos básicos. Processos do PMBOK. Gerenciamento da integração, do escopo, do tempo, de custos, da qualidade, de recursos humanos, de comunicações, de riscos, de aquisições, de partes interessadas. Metodologias ágeis. Modelos, etapas, elaboração, técnicas de análise e avaliação de projetos	32
Conceitos da abordagem por processos. Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos	39
Gestão de riscos: princípios, objetos, técnicas, modelos nacionais e internacionais, integração ao planejamento	50
Processo de Gestão de Riscos: comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação. Boas práticas de gestão de Riscos	51
Inovação na gestão pública	52
Governo eletrônico	52
Transparência da administração pública; accountability	57

SUMÁRIO



Controle social e cidadania	61
Comunicação na gestão pública	64
Compras governamentais. Processos de compras e gestão de contratos. Sustentabilidade das contratações. Compras centralizadas.....	67
Organização sistêmica da administração pública federal. Sistemas estruturantes e estruturadores da administração pública federal	70
Controles interno e externo	70
Transparência.....	78
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações).....	79
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade	102
Articulação versus a fragmentação de ações governamentais	103
Dimensões da coordenação: intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade	104
Exercícios	104
Gabarito.....	107

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS E ANÁLISE DE DADOS

Implementação de políticas públicas: problemas, dilemas e desafios: Arranjos institucionais para implementação de políticas públicas.....	1
Instrumentos e alternativas de implementação, como fundos, consórcios e transferências obrigatórias	2
Avaliação de políticas públicas: Principais componentes do processo de avaliação.....	3
Custo-benefício, escala, efetividade, impacto das políticas públicas.....	6
Políticas Públicas de ciência, tecnologia e inovação: Marco Legal de CT&I (Lei nº 13.243/2016, Constituição Federal art. 218 a 219-B)	7
Lei nº 11.540/2007 e alterações (dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT)	21
Incentivos à inovação e pesquisa científica e tecnológica – Lei nº 10.973/2004 e alterações e Decreto nº 9.283/2018	27
Lei do Bem - Lei nº 11.196/2005 e alterações.....	73
Agenda 2030: Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	116
Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).....	122
Lei nº 8.248/1991 e alterações (Lei das TIC)	140
Lei Complementar nº 182/2021 (Marco Legal das Startups)	147
Crerios ASG (Ambiental, Social e Governança).....	156

SUMÁRIO



Economia Circular	157
Legislação sobre direitos autorais, propriedade intelectual e industrial (Lei nº 9.279/1996; Lei nº 9.609/1998; Lei nº 9.610/1998)	160
Avaliação de políticas públicas: Regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995 e alterações)	219
Normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos (Lei nº 9.074/1995 e alterações)	235
Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)	246
Probabilidade. Definições básicas e axiomas; Probabilidade condicional e independência	262
Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados	265
Inferência de intervalos de confiança	268
Testes de hipóteses para médias e proporções	272
Correlação e regressão linear simples	280
Entidades Discretas e Contínuas; Algoritmos; Operações Lógicas, Aritméticas, Trigonômicas e Estatísticas	284
Divulgação e Compartilhamento de Dados: Equipamentos e Dispositivos, Alta e Baixa Tiragens	287
Reprodução Analógica e Digital	290
Disseminação de Informações	291
Exercícios	293
Gabarito	300

EIXO TEMÁTICO 3 - ECONOMIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONTEXTO INTERNACIONAL

Microeconomia. Conceitos básicos	1
Demanda e oferta, elasticidades	2
Teoria do Consumidor	11
Mercados competitivos: concorrência perfeita, análise de mercados competitivos, maximização de lucros, equilíbrio de mercado	16
Poder de mercado	17
Eficiência econômica: eficiência nas trocas, livre comércio, vantagem comparativa, fronteiras de possibilidades de produção	17
Falhas de mercado: assimetria de informação, risco moral, seleção adversa. Bens públicos, semipúblicos, bens privados. Externalidades, informação assimétrica	18
Papel do Governo na economia: estabilização econômica, promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda	25

SUMÁRIO

Macroeconomia. Contas Nacionais, agregados macroeconômicos, produto, renda e despesa, diferentes conceitos de produto, consumo, investimento, poupança	25
Exportações e importações, balanço de pagamentos e taxas de câmbio.	32
Ciclos econômicos, estabilização econômica, o modelo IS-LM, planos de estabilização no Brasil, Plano Real	35
Déficit orçamentário e dívida pública, teto de gastos	41
Economia brasileira contemporânea: Origens da industrialização brasileira.O Brasil no período entre guerras – a industrialização restringida: crescimento e estagnação nos anos 20, a crise de 29. A economia brasileira no período de 30- 45: o avanço da industrialização .Desenvolvimento no 2º pós-guerra (45 a 64). O debate sobre industrialização e estabilização; substituição de importações	46
A crise política, reformas institucionais pós 64 e o período expansivo de 68/73.A crise externa e a resposta brasileira nos anos 70 – o 2º PND. Brasil na década de 80: choques externos, crise e políticas de ajustamento relativas à dívida externa, inflação, tentativas de estabilização Reformas econômicas a partir dos anos 90: Abertura, redefinição dos papéis do estado e políticas de estabilização.Sistema de Pagamentos Brasileiro.A trajetória recente da economia brasileira	52
Economia e sustentabilidade: Conceitos fundamentais: balanço energético e usos e fontes, matriz energética	80
Petróleo, gás natural e energia elétrica.....	81
Política Ambiental	85
Aquecimento global e mudanças climática	88
Doença holandesa.....	94
Industrialização, inovação e competitividade	95
Transição da matriz energética.	95
Conceitos fundamentais e princípios da economia solidária. Diferenças entre economia solidária e economia tradicional. História e contexto do surgimento da economia solidária	97
Políticas Públicas e Apoio à Economia Solidária. Programas governamentais de fomento à economia solidária. Mecanismos de financiamento e crédito para empreendimentos solidários. Redes de apoio e parcerias entre atores sociais	97
As funções econômicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora.....	98
Orçamento público e os parâmetros da política fiscal no Brasil.....	98
Responsabilidade fiscal, regras fiscais.....	99
Ingressos públicos: conceito, classificação, tipos	99
Fontes de financiamento público.....	99
Tributação: preços e eficiência econômica, incidência tributária, perda de peso morto	99
Carga tributária: conceito, composição, evolução no Brasil.....	100
Princípios de descentralização fiscal: transferências intergovernamentais: classificação e critérios	100
Políticas comerciais. Protecionismo e livre-cambismo.....	101
A Organização Mundial do Comércio (OMC)	102



Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): competências, estrutura e processo decisório.....	104
Mercosul. Objetivos e estágio atual de integração comercial	104
Cooperação multilateral em comércio internacional: G20, BRICS.....	107
Evolução do Sistema Financeiro Internacional. Sistema de Bretton Woods: instituições e funcionamento. Bancos regionais e multilaterais de desenvolvimento. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).....	108
Sistema administrativo e instituições intervenientes no comércio exterior no Brasil.....	108
Balança comercial brasileira: conceitos e metodologia de contabilização	109
Instituições intervenientes no comércio exterior no Brasil. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Receita Federal do Brasil. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Banco Central do Brasil (BACEN). Ministério das Relações Exteriores (MRE)	109
Exercícios	112
Gabarito.....	115

EIXO TEMÁTICO 4 - SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

Orçamento público: história, evolução e natureza jurídica.....	1
A relação do orçamento com as políticas fiscal, tributária e cambial	8
Orçamento na Constituição de 1988.....	8
Lei de Diretrizes Orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos	29
Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações.....	32
Elaboração e aprovação das leis de matéria orçamentária. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO	35
As interfaces entre LDO, LOA, Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.....	38
Créditos adicionais.....	74
Conceitos e elementos básicos do orçamento público, orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho, orçamento-programa, orçamento participativo	76
Classificações orçamentárias da receita e da despesa pública: utilização, origens, fundamentação econômica	80
Receita pública: conceito, classificações, estágios, tributos, contribuições sociais.....	92
Fonte de Receita e Fonte de Recursos.....	96
Despesa pública: conceito, classificações e estágios. Dívida Pública e Operação de Crédito. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Prestação e Tomada de contas. Despesas de exercícios anteriores.....	96
Receita orçamentária e despesa orçamentária da União	122

SUMÁRIO

Fixação da despesa e empenho, liquidação e pagamento	123
Sistemas de planejamento, de orçamento e de administração financeira	124
Relatórios: resumidos da execução orçamentária, de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais e de Gestão Fiscal - finalidade, estrutura e composição.....	124
Objetivos da contabilidade regulatória.	125
Apresentação geral de necessidades de informação; Limitações de contabilidade tradicional e gerencial da empresa regulada.....	126
Consistência entre contas estatutárias e contas regulatórias	127
Comportamento dos reguladores e princípios a serem seguidos	128
Utilização de custos contábeis na definição de tarifas	130
Contabilidade Geral O sistema de informação contábil: entendimento, problemas e alternativas	131
Princípios e convenções contábeis; objetividade; conservadorismo; materialidade; consistência.....	132
Principais registros de transações pelo sistema contábil; Aplicações financeiras; Investimentos; Imobilizado; Diferido	133
Avaliação de ativos; reconhecimento de receitas e apropriação de despesas; elaboração das demonstrações contábeis.....	135
Contabilidade regulatória e auditoria de entidades reguladas	136
Conteúdo de diretrizes de contabilidade regulatória	137
Processos de intercâmbio de informações.....	139
As Concessões de Serviços Públicos e as Agências Reguladoras no Brasil	140
Introdução geral aos problemas econômicos: escassez e escolha	141
Curva de possibilidade de produção, fatores de produção, oferta, demanda e equilíbrio de mercado.....	142
Conceitos básicos: eficiência econômica, externalidades, bens públicos, assimetria de informação (risco moral, seleção adversa e antisseleção).....	144
Diversificação industrial e integração vertical.....	145
Estrutura de mercado: mercados perfeitos e imperfeitos, falha de mercado	147
As agências reguladoras e o princípio da legalidade	148
Órgãos reguladores no Brasil: histórico e característica das autarquias	149
Abordagens: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal.	151
Formas de regulação: regulação de preço; regulação de entrada; regulação de qualidade.....	152
O Estado regulador e a defesa da livre concorrência	154
Defesa da concorrência: análise de mercado, práticas desleais, posição dominante, infrações à ordem econômica, cartel, monopólio, truste, práticas restritivas, oligopólio	155
Conceitos de Boas práticas regulatórias: análise do impacto regulatório, do resultado regulatório, Decreto nº 10.411/2020 e alterações	157
Lei da Agências (Lei nº 13.848/2019).....	162



Regulação em Saúde no Brasil.....	178
Regulação no Setor Aquaviário no Brasil.	179
Regulação no Setor Elétrico no Brasil.....	180
Regulação do Setor de Saúde Suplementar no Brasil.....	181
Defesa da Concorrência: Lei nº 12.529/2011 e alterações	182
Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/1990 e alterações	211
Avaliação dos benefícios sociais e econômicos, índice de viabilidade, diagnósticos, estudo e impacto/risco social, impacto/risco ambiental.....	236
Análise de mercado.....	237
Reequilíbrio Econômico e Financeiro.	239
A Previdência complementar no Brasil: Regramento constitucional, Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001	240
Planos de benefícios previdenciários de entidades fechadas: modalidades e patrocínio.....	260
Organização do sistema de previdência complementar. Órgãos reguladores e supervisores.....	261
A ação do Estado. As entidades fechadas de previdência complementar: classificação, composição, atribuições	264
Exercícios.....	264
Gabarito.....	272

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública (artigos de 37 a 41 da Constituição Federal de 1988)	1
Estrutura organizacional da Administração Pública Federal (Decreto Lei nº 200/1967)	11
Agentes públicos: Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações)	63
Exercícios.....	129
Gabarito.....	133

FINANÇAS PÚBLICAS

Atribuições econômicas do Estado	1
Fundamentos das finanças públicas, tributação e orçamento	2
Financiamento das Políticas Públicas: estrutura de receitas e despesas do Estado brasileiro.....	3
Noções de orçamento público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).....	4
Federalismo fiscal no Brasil; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)	82

SUMÁRIO

Exercícios	110
Gabarito	113

ÉTICA E INTEGRIDADE

Princípios e valores éticos do serviço público, seus direitos e deveres à luz do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994)	1
Governança pública e sistemas de governança (Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017); Gestão de riscos e medidas mitigatórias na Administração Pública	13
Integridade pública (Decreto nº 11.529/2023)	23
Transparência e qualidade na gestão pública, cidadania e equidade social	29
Governo eletrônico e seu impacto na sociedade e na Administração Pública; Lei nº 14.129/2021	38
Acesso à informação; Lei nº 12.527/2011	52
Transparência e imparcialidade nos usos da inteligência artificial no âmbito do serviço público	64
Exercícios	65
Gabarito	68

EIXO TEMÁTICO 5 - INGLÊS

Compreensão de textos escritos em língua inglesa	1
Vocabulário	2
Coesão e coerência	37
Exercícios	38
Gabarito	43



Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania

O Estado de Direito e a Constituição Federal de 1988 no Brasil estão intrinsecamente ligados à consolidação da democracia, à representação política e à participação cidadã. A Constituição de 1988, frequentemente chamada de “Constituição Cidadã”, marca um ponto de virada na história política brasileira, estabelecendo as bases para um Estado democrático de direito e enfatizando os direitos e garantias fundamentais.

Consolidação da Democracia

A Constituição de 1988 foi promulgada após um longo período de regime militar autoritário, representando um forte movimento de redemocratização. Ela estabeleceu um sistema de governo democrático, baseado na separação de poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e no respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. A Constituição também reforçou as instituições democráticas, estabelecendo regras claras para eleições livres e justas, o funcionamento dos partidos políticos e a alternância de poder. Esses elementos são essenciais para a consolidação da democracia, pois garantem que o governo reflita a vontade do povo e que haja mecanismos para a accountability e a transparência.

Representação Política

A representação política é um pilar central da democracia, e a Constituição Federal de 1988 abordou essa questão com grande ênfase. Ela estabeleceu um sistema político representativo, no qual os cidadãos elegem seus representantes para atuar em seu nome nos níveis federal, estadual e municipal. A Constituição também procurou garantir uma representação mais equitativa e plural, reconhecendo a diversidade da sociedade brasileira e incentivando a participação de grupos historicamente marginalizados. Este aspecto é crucial, pois a representação política efetiva é fundamental para que todos os segmentos da sociedade tenham suas vozes ouvidas e seus interesses atendidos. Além disso, a representação política sob a égide da Constituição de 1988 visa assegurar que os processos de tomada de decisão sejam responsivos e responsáveis, fortalecendo assim os princípios democráticos.

Participação Cidadã

A Constituição de 1988 também colocou um foco especial na participação cidadã como um meio de fortalecer a democracia. Ela reconheceu que a democracia vai além do simples ato de votar, englobando a participação ativa dos cidadãos na vida política e nas decisões que afetam suas vidas. Isso se manifesta de várias formas, incluindo a participação direta em plebiscitos e referendos, o engajamento em audiências públicas e o direito de propor legislação por meio de iniciativas populares. A Constituição também estimulou a formação de associações civis, organizações não governamentais e outros grupos de interesse, reconhecendo o papel vital que essas entidades desempenham na articulação de interesses e na promoção de mudanças sociais.

Desafios e Avanços

Apesar dos avanços significativos trazidos pela Constituição Federal de 1988, a consolidação da democracia no Brasil continua a enfrentar desafios. Questões como a corrupção, a desigualdade social, e a efetiva implementação de políticas públicas permanecem como obstáculos significativos. No entanto, a Constituição forneceu uma estrutura robusta para o enfrentamento desses desafios, estabelecendo um sistema legal e institucional capaz de promover reformas e garantir a justiça social.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco decisivo na história do Brasil, estabelecendo as fundações de um Estado de Direito democrático. Ela consolidou a democracia, reforçou a representação política e ampliou a participação cidadã, tornando-se um símbolo de uma nova era na política brasileira. Embora desafios permaneçam, a Constituição de 1988 continua a ser um guia para o desenvolvimento democrático e a justiça social no Brasil, oferecendo um caminho para um futuro mais inclusivo e representativo. Através dela, os cidadãos têm não apenas direitos, mas também canais para participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A experiência brasileira destaca a importância de uma constituição democrática não apenas como um documento legal, mas como um compromisso vivo com os valores da democracia, da justiça e da participação cidadã.



Políticas Públicas

Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Para Seichi¹ as Políticas Públicas, analiticamente, ocorrem com o monopólio de atores estatais, segundo esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador, em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal.

As Políticas Públicas são formadas para atender as demandas da sociedade nas mais diversas áreas ou seguimentos, a iniciativa ocorre por parte dos poderes executivo e legislativo. A lei que institui uma política pública pode, se necessário, assegurar a participação da sociedade na criação, no processo, no acompanhamento e na avaliação da lei, a participação pode ocorrer em forma de conselhos estabelecidos no âmbito municipal, estadual ou federal.

O quadro a seguir apresenta alguns conceitos de Políticas Públicas dados por estudiosos da área, os conceitos se integram e completam o significado ainda que em diferentes períodos:

<u>Autor</u>	<u>Definição de Políticas Públicas</u>	<u>Ano</u>
<u>Mead</u>	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995
<u>Lynn</u>	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos	1980
<u>Peters</u>	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam as vidas dos cidadãos.	1986
<u>Dye</u>	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
<u>Laswell</u>	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.	1958

Fonte: Oliveira (2012).

Assim as Políticas Públicas podem ainda ser consideradas como “outputs”² como tratado na linguagem dos processos estabelecidos em uma organização, elas são resultados das atividades políticas.

A política pública difere da decisão política, há uma necessidade de envolver diversas ações estratégicas para se implementar decisões tomadas e não apenas uma escolha entre outras alternativas, sendo assim, nem todas as decisões políticas podem ser consideradas como políticas públicas.

A complexidade da sociedade moderna ocorre devido a fatores como: idade, religião, sexo, estado civil, renda, escolaridade, profissão, ideais, interesses, costumes, e tudo isso causa em algum momento uma série de conflitos.

O gerenciamento desses conflitos pode assegurar a sobrevivência e progresso da sociedade como um todo, e isto é estabelecido por meio da política. Segundo Seichi³, organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com atores estatais, são protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Dica: Política Pública é um conceito que comporta diferentes expressões, existem várias definições esclarecedoras a respeito, que são importantes para formar uma ideia geral sobre o que seja política e política pública.

1 SECCHI, L.; Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. SP: Cengage Learning, 2010.

2 Saídas

3 SECCHI, L.; Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. SP: Cengage Learning, 2010.



Diversidade e Inclusão na Sociedade

A diversidade de sexo, gênero e sexualidade é um tema de crescente reconhecimento e importância na sociedade contemporânea. Este tema abrange uma vasta gama de identidades e expressões que transcendem as tradicionais concepções binárias de masculino e feminino, desafiando as normas e expectativas sociais estabelecidas. A compreensão e aceitação dessa diversidade é fundamental para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

Sexo, geralmente atribuído ao nascimento, refere-se a características biológicas e fisiológicas que definem humanos como masculinos, femininos ou intersexuais. Pessoas intersexuais nascem com características sexuais (como cromossomos, genitália e padrões hormonais) que não se encaixam nas noções típicas de corpos masculinos ou femininos. A diversidade no espectro do sexo biológico é mais complexa do que a simples dicotomia.

Gênero, por outro lado, é um constructo social e cultural relativo às características, comportamentos, atividades e papéis que uma sociedade considera apropriados para homens e mulheres. A identidade de gênero é o senso pessoal de alguém sobre a própria identidade de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Além dos gêneros masculino e feminino, existem identidades de gênero não binárias, como agênero, bigênero, gênero-fluido, entre outras, que refletem a complexidade e variabilidade da experiência humana em relação ao gênero.

A sexualidade, que engloba a orientação sexual e as práticas sexuais, também faz parte dessa diversidade. A orientação sexual refere-se à atração afetiva, emocional ou sexual por indivíduos do mesmo sexo, de sexo oposto, de ambos os sexos, ou mais, incluindo atrações que não se baseiam no gênero. Portanto, abrange identidades como heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual, entre outras.

Reconhecer e respeitar a diversidade de sexo, gênero e sexualidade é crucial para o bem-estar e a dignidade de todos os indivíduos. A falta de reconhecimento e aceitação pode levar à discriminação, estigmatização e violência. É essencial que as sociedades promovam a inclusão e a igualdade, proporcionando ambientes seguros e acolhedores onde todas as pessoas possam expressar livremente suas identidades e viver suas vidas sem medo de preconceito ou marginalização.

A educação desempenha um papel crucial neste processo. Ensinar sobre a diversidade de sexo, gênero e sexualidade nas escolas pode ajudar a dismantellar estereótipos e preconceitos desde cedo. A inclusão de tópicos sobre identidade de gênero e orientação sexual em currículos educacionais promove a compreensão e o respeito pelas diferenças, além de fornecer apoio essencial a jovens que estão explorando ou questionando suas próprias identidades.

Além disso, políticas públicas inclusivas são fundamentais para garantir os direitos e a proteção de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Isso inclui legislações contra discriminação, acesso a cuidados de saúde adequados e representação igualitária em todos os aspectos da vida social, econômica e política.

A representação na mídia e na cultura popular também tem um papel importante na normalização e celebração da diversidade. Quando filmes, programas de TV, livros e outras formas de mídia retratam uma variedade de identidades de gênero e orientações sexuais de maneira positiva e autêntica, eles ajudam a criar uma cultura mais inclusiva e compreensiva.

Por fim, é vital criar espaços seguros e de suporte para pessoas de todas as identidades de gênero e orientações sexuais. Isso pode incluir grupos de apoio, serviços de aconselhamento e eventos comunitários que celebram a diversidade. A promoção do diálogo aberto e respeitoso, a educação continuada e a defesa dos direitos são essenciais para avançar na compreensão e aceitação da diversidade de sexo, gênero e sexualidade.

A diversidade de sexo, gênero e sexualidade é um aspecto intrínseco da condição humana. Reconhecer, respeitar e celebrar essa diversidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e empática, onde cada pessoa é valorizada e respeitada por sua singularidade.



Eixo Temático 1 - Gestão Governamental e Governança pública

Algumas definições¹ gerais trazem que:

Planejar é antecipar racionalmente uma ação, um resultado que se quer, uma guerra ou batalha, uma construção, uma reorganização do espaço.

O **Planejamento** é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente.

Todas as organizações, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos devem pensar em um planejamento estratégico, principalmente, porque as mesmas estão à frente de um mercado totalmente competitivo e inovador. Sendo assim, é necessário entender a importância da estratégia neste planejamento.

De acordo com Kluyver e Pearce é difícil imaginar uma conversa de negócios que não inclua a palavra estratégia. E este termo é importante para entendermos o planejamento estratégico.

O que é a estratégia?

Segundo Kluyver e Pearce, estratégia diz respeito a posicionar uma organização para obtenção de vantagem competitiva. Já para Hitt, Ireland e Hoskisson, estratégia consiste em um conjunto integrado e coordenado de compromissos e ações definido para explorar competências essenciais e obter vantagem competitiva. Quando definem uma estratégia, as empresas escolhem alternativas para competir.

Neste sentido, a estratégia definida indica o que a empresa pretende e o que não pretende fazer. Ambos os autores têm a mesma opinião quanto à estratégia, que é a de chegar à frente, estar à frente no mercado e na competição. Para isto, segundo afirma Sloan Jr. citado por Ansoff, “o objetivo estratégico de uma empresa é obter um retorno sobre o seu capital; se em algum caso particular o retorno a longo prazo não for satisfatório, então a deficiência deverá ser corrigida, ou a atividade abandonada em troca de outra que ofereça perspectivas mais favoráveis”. É necessário, portanto, haver resultados mensuráveis no curto prazo, entretanto, em se tratando de estratégia, é necessário que seja feito um planejamento de longo prazo não deixando de lado que este estudo deva ser constantemente analisado e se necessário modificado, pois nas organizações ocorrem contingências que requerem remodelações. Toda organização é dinâmica e, segundo Morgan, ela é viva. Os conceitos preconizados pelos teóricos clássicos reduziam a empresa a um organismo fechado sem qualquer interação com o meio. Para ele “a visão dos sistemas abertos modificou tudo isto, sugerindo que se deveria sempre efetuar o processo de organização tendo-se em mente o ambiente”. Uma vez que o ambiente muda constantemente e assim, a organização deve ser vista como um sistema aberto que influencia e recebe influência do ambiente. Neste sentido, Ansoff destaca que nos últimos anos as noções relacionadas à estratégia e a sua aplicabilidade tem se tornado muito utilizada nas obras de Administração e sua aplicabilidade tem sido em todas as áreas de uma organização.

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico (PE) trata-se de uma técnica de organização que procura definir qual a melhor maneira (estratégia) de se atingir um objetivo.

De acordo com Hitt, Ireland e Hoskisson², o planejamento estratégico deve considerar a análise do ambiente interno e externo, para ter as informações de que precisa para formar uma missão e uma visão. Os stakeholders (partes interessadas, aqueles que afetam ou são afetados pelo desempenho de uma empresa) aprendem muito sobre uma empresa analisando a sua visão e missão. Na verdade, uma das finalidades-chaves das declarações de missão e visão é informar aos stakeholders o que a empresa é, o que pretende realizar e a quem pretende atender, outra finalidade, é fornecer as diretrizes estratégicas, para que a empresa formule seu planejamento estratégico.

1 Antunes, Zaida Regina Almeida Afonso. Planejamento Estratégico como Fator Competitivo nas Organizações. Disponível em: <http://www.tecsoma.br/fevereiro2012/artigo%20estrategia%5B1%5D.pdf>

2 Hitt, Ireland e Hoskisson. Administração Estratégica: competitividade e globalização. 2. ed. São Paulo: Tomson Learning, 2008.



Eixo Temático 2 - Políticas Públicas e Análise de Dados

PROBLEMAS, DILEMAS E DESAFIOS: ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação efetiva de políticas públicas é um processo complexo que envolve a tradução de objetivos políticos em ações tangíveis.

Os arranjos institucionais desempenham um papel crucial nesse contexto, mas frequentemente enfrentam problemas, dilemas e desafios que podem impactar a eficácia das políticas. Vamos explorar essas questões mais a fundo:

PROBLEMAS NA IMPLEMENTAÇÃO

- Falta de Recursos: Limitações financeiras, escassez de recursos humanos e infraestrutura inadequada podem comprometer a implementação efetiva de políticas.

- Resistência Burocrática: Resistência interna em agências governamentais e burocracias pode atrasar ou distorcer a implementação planejada.

DILEMAS ENFRENTADOS

- Dilema da Eficiência versus Participação: Encontrar o equilíbrio entre a eficiência na implementação e a participação democrática pode ser um desafio. Às vezes, a rapidez pode sacrificar a inclusão.

- Dilema da Autonomia versus Coordenação: Como equilibrar a autonomia entre diferentes órgãos governamentais e coordenar suas ações para evitar redundâncias ou lacunas?

DESAFIOS NA COORDENAÇÃO INTERSETORIAL

- Fragmentação: A presença de múltiplos atores e agências pode levar à fragmentação, dificultando a coordenação efetiva entre setores e níveis de governo.

- Assimetria de Informações: A falta de compartilhamento eficiente de informações entre diferentes instituições pode prejudicar a sincronização na implementação.

DESAFIOS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

- Indicadores Complexos: A escolha de indicadores de desempenho pode ser desafiadora, especialmente quando os resultados de políticas públicas são multifacetados e de difícil mensuração.

- Demora Temporal: Avaliar o impacto a longo prazo de uma política pode ser difícil, especialmente quando há atrasos nos resultados.

PROBLEMAS DE LEGITIMIDADE E PARTICIPAÇÃO

- Exclusão Social: Algumas políticas podem inadvertidamente marginalizar grupos específicos, levando a problemas de legitimidade e falta de apoio.

- Falta de Participação Cidadã: A ausência de mecanismos efetivos de participação cidadã pode resultar em políticas desconectadas das reais necessidades da população.

A implementação de políticas públicas enfrenta uma série de desafios e dilemas, muitos dos quais estão intrinsecamente ligados aos arranjos institucionais. Lidar com essas questões requer uma abordagem holística, considerando a eficiência, a equidade e a participação democrática.

Os gestores públicos precisam constantemente adaptar os arranjos institucionais para enfrentar os problemas emergentes e garantir o sucesso na implementação das políticas públicas.



Eixo Temático 3 - Economia, Economia Solidária e Contexto Internacional

O conceito de Economia

Existem muitas maneiras de conceber a economia como um ramo do conhecimento. Para os economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, a economia é o estudo do processo de produção, distribuição, circulação e consumo dos bens e serviços (riqueza).

Por outro lado, para os autores ligados ao pensamento econômico neoclássico, a economia pode ser definida como a ciência das trocas ou das escolhas. Neste caso, para seguir a definição proposta por Lionel Robbins, a economia lidaria com o comportamento humano enquanto condicionado pela escassez dos recursos: a economia trata da relação entre fins e meios (escassos) disponíveis para atingi-los. Deste modo, o foco da ciência econômica consistiria em estudar os fluxos e meios da alocação de recursos para atingir determinado fim, qualquer que seja a natureza deste último. Segundo os economistas austríacos, especialmente Mises, a economia seria a ciência da ação humana proposital para a obtenção de certos fins em um mundo condicionado pela escassez.

A palavra economia deriva do grego oikonomía: oikos - casa, moradia; e nomos - administração, organização, distribuição. Deriva também do latim oeconomia: disposição, ordem, arranjo.

A economia moderna foi muito influenciada pela contribuição do escocês Adam Smith. Adam Smith, na sua obra *A Riqueza das Nações*, estabeleceu alguns dos princípios fundamentais da economia, que ainda hoje servem de guia aos economistas. Adam Smith foi o primeiro a defender que os interesses privados dos indivíduos produzem benefícios públicos. Porém, diferentemente do atual senso comum, Adam Smith nunca afirmou que o mercado independe do Estado, ideia está difundida pelos neoliberais.

No entanto, algumas escolas atuais reconhecem que Aristóteles, outros pensadores gregos e os pensadores escolásticos do final da Idade Média também deram contribuições importantes à ciência econômica.

No século XIX, Karl Marx fez a crítica mais influente à economia de mercado e à ciência econômica ao defender que esta forma de organização econômica é uma forma de exploração do homem pelo homem. Marx defendia que toda riqueza era produzida pelo trabalho humano e que os donos do capital se limitavam a apropriar-se da riqueza produzida pelos trabalhadores.

Os argumentos de Karl Marx não convenceram os defensores da economia de mercado já que foram criticados por Böhm-Bawerk e outros economistas mais tarde. Estes constituíam a escola neoclássica que dominou o pensamento econômico até à década de 30 do século XX. Segundo a escola neoclássica, o preço de um bem ou serviço não representa o valor do trabalho nele incorporado. Assim sendo é o equilíbrio entre oferta e demanda que determina os preços. Depois de estabelecido, o preço atua como um sinalizador das quantidades dos estoques de bens e serviços. Por exemplo, uma variação nos preços indicaria aos consumidores que determinado bem requer mais ou menos unidades monetárias para ser adquirido, o que incentivaria ou inibiria o consumo. Já para os produtores, indicaria que os consumidores estariam dispostos a pagar mais ou menos unidades monetárias pelo bem ou serviço, o que, novamente, incentivaria ou inibiria o produtor a ofertar o bem ou serviço (dado seu custo de produção constante). Assim sendo, o mercado, através da sinalização dos preços, tenderia ao equilíbrio ideal em termos de alocação de recursos escassos.

Nos anos 30, a teoria econômica neoclássica foi posta em causa por John Maynard Keynes. A teoria macroeconômica de Keynes previa que uma economia avançada poderia permanecer abaixo da sua capacidade, com taxas de desempregos altas tanto da mão de obra quanto dos outros fatores de produção, ao contrário do que previa a teoria neoclássica.

Keynes propôs intervenções estatais na economia com o objetivo de estimular o crescimento e baixar o desemprego. Para intervir, os estados deviam aumentar os seus gastos financiados e não aumentar seus impostos gerando uma diferença entre a arrecadação e os gastos. Esta diferença seria preenchida com a emissão de moeda, que por sua vez geraria inflação.



Eixo Temático 4 - Orçamento Público, Contabilidade e Regulação

Orçamento é um dos mais antigos e tradicionais instrumentos utilizados na gestão dos negócios públicos, sendo concebido inicialmente como um mecanismo eficaz de controle parlamentar sobre o Executivo. Ao longo do tempo, sofreu mudanças no plano conceitual e técnico (aspectos jurídico, econômico, financeiro, de planejamento e programação, gerencial e controle administrativo, por exemplo) para acompanhar a própria evolução das funções do Estado.

Conceito

Os primeiros Orçamentos de que se têm notícia eram os chamados orçamentos tradicionais, que se importavam apenas com o gasto. Eram meros documentos de previsão de receita e autorização de despesas sem nenhum vínculo com um sistema de planejamento governamental. Simplesmente se fazia uma estimativa de quanto se ia arrecadar e decidia-se o que comprar, sem nenhuma prioridade ou senso distributivo na alocação dos recursos públicos.

Era compreendido como uma peça que continha apenas a previsão das receitas e a fixação das despesas para determinado período, sem preocupação com planos governamentais de desenvolvimento, tratando-se, assim, de mera peça contábil-financeira. Tal conceito se revela ultrapassado, pois a intervenção Estatal na vida da sociedade aumentou de forma acentuada e, com isso, o planejamento das ações do Estado é imprescindível.

A história divide a evolução conceitual do Orçamento Público em duas fases: o Orçamento tradicional e o Orçamento moderno. Até o século XIX, os doutrinadores consideram que perdurou o Orçamento Tradicional, que, é marcado pelo controle político (orçamento como instrumento de controle) cuja preocupação, seria controlar os gastos públicos. Os gastos públicos eram vistos como um mal necessário.

A partir dos primórdios do século XX, tendo como indutor os EUA, desenvolveu-se na Administração Pública a preocupação em ser mais eficiente, visando promover o desenvolvimento econômico e social. O orçamento, antes era considerado um mero demonstrativo de autorizações legislativas e que não atendia as necessidades, passou a ser visto como algo mais que uma simples previsão de receitas ou estimativa de despesa. Este passaria a ser considerado como um instrumento de administração visando cumprir os programas de governo.

Desta forma, o Orçamento evoluiu ao longo da história para um conceito de Orçamento-programa, segundo o qual o Orçamento não é apenas um mero documento de previsão da arrecadação e autorização do gasto, que além de conter a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um governo, em um determinado exercício financeiro mas um documento legal, que contém programas e ações vinculados a um processo de planejamento público, com objetivos e metas a alcançar no exercício (a ênfase no Orçamento-programa é nas realizações do Governo).

O orçamento é utilizado hodiernamente como instrumento de planejamento da ação governamental, possuindo um aspecto dinâmico, ao contrário do orçamento tradicional já superado, que possuía caráter eminentemente estático.

Apesar de todas as divergências existentes na doutrina, considera-se o orçamento como uma lei formal, que apenas prevê as receitas públicas e autoriza os gastos, não criando direitos subjetivos nem modificando as leis tributárias e financeiras.

Sendo uma lei formal, a simples previsão de despesa na lei orçamentária anual não cria direito subjetivo, não sendo possível se exigir, por via judicial, que uma despesa específica fixada no orçamento seja realizada.

São listadas as seguintes características da lei orçamentária:

- Lei Formal: formalmente o orçamento é uma lei, mas, conforme vimos acima, em vários casos ela não obriga o Poder Público, que pode, por exemplo, deixar de realizar uma despesa autorizada pelo legislativo; embora lei, em sentido formal não possui coercibilidade.

- Lei Temporária: a lei orçamentária tem vigência limitada.

- Lei Ordinária: todas as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) são leis ordinárias. Os créditos suplementares e especiais também são aprovados como leis ordinárias.



Administração Pública Federal

Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

<u>Princípios da Administração Pública</u>	
<u>L</u>	Legalidade
<u>I</u>	Impessoalidade
<u>M</u>	Moralidade
<u>P</u>	Publicidade
<u>E</u>	Eficiência
<u>LIMPE</u>	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

<u>Princípio da Legalidade</u>	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → <u>Princípio da Estrita Legalidade</u>
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

– Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

– Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decore e boa-fé.



Estado

Define-se o Estado como pessoa jurídica territorial, ou seja, é a unidade de pessoas reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações. A extensão de terra na qual o Estado exerce sua soberania denomina-se território¹.

O Estado refere-se à convivência humana, à sociedade política, e capta o significado de poder, força e direito. Trata-se de uma sociedade natural, no sentido de que decorre naturalmente do fato de que os homens vivem necessariamente e se organizam em sociedade, realizando o bem geral que lhes é próprio, ou seja, o bem comum.

O Estado é formado pelo conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem os anseios da população que habita o seu território, dentre essas instituições, pode-se citar: o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos, o exército, etc. Ele é organizado politicamente, socialmente e juridicamente, ocupando um território definido, onde normalmente a lei máxima é uma constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente.

A Administração Pública é a forma como o Estado governa, ou seja, como executa as suas atividades para o bem-estar de seu povo. A função da administração no setor público, é semelhante ao setor privado, que é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos humanos, materiais e financeiros, com a finalidade de atingir determinados objetivos.

O objetivo do Estado é o bem público e o agente público deverá agir em conformidade com os ditames da Lei, em concordância com o princípio da Legalidade, que se encontra entre os princípios da Administração Pública, inseridos no caput do artigo 37 da Constituição Federal: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Quanto aos recursos, os contribuintes são a fonte de receita do Estado, que arrecada por meio de impostos, que não necessariamente, são convertidos em serviços públicos.

Sociedade

A sociedade classifica-se como uma rede de relacionamento entre pessoas, uma comunidade interdependente e organizada, ou seja, um grupo de indivíduos que formam um sistema semiaberto, no qual a maior parte das interações é feita com outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo.

Na sociedade o conjunto de pessoas compartilham propósitos, preocupações e costumes, e interagem entre si constituindo uma comunidade.

Mercado

As relações entre Estado, mercado e sociedade civil organizada, se constituem em uma problemática que vem sendo explorada por diferentes esforços teóricos, na busca de se compreender como se dão tais interações. Entre estas perspectivas, duas correntes, a neoliberal e a neoestatal, são as mais comumente utilizadas.

Atribuições Econômicas do Estado

As grandes empresas, os monopólios, o protecionismo e os sindicatos iniciaram a destruição inapelável do mercado como mecanismo regulador do sistema econômico. A Demanda Global mais o Investimento Global, determinam a Renda Global (Tripé Macroeconômico keynesiano), sob três funções:

• Função Alocativa

Justifica-se a atividade estatal na alocação de recursos nos casos em que não houver a necessária eficiência por parte do sistema de mercado. Exemplos dessa alocação são os investimentos na infraestrutura econômica e a provisão de bens meritórios.

¹ MORAES, A.; Direito Constitucional, 23a ed. São Paulo: Atlas, 2008.



Ética e Integridade

O serviço público desempenha um papel crucial na sociedade, proporcionando serviços essenciais, aplicando a lei e promovendo o bem-estar geral. Para garantir que o serviço público seja eficiente, transparente e justo, a Constituição Federal de 1988, no Artigo 37, estabelece princípios e valores éticos que devem orientar a atuação dos agentes públicos. Este texto explorará os princípios, valores, direitos e deveres no contexto do serviço público brasileiro, conforme estabelecido pelo Artigo 37 da Constituição.

Princípios do Serviço Público

O Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece diversos princípios fundamentais que devem nortear a atuação dos servidores públicos. Alguns desses princípios incluem:

- **Legalidade:** Os agentes públicos devem atuar de acordo com a lei, respeitando os limites e competências definidos por ela.
- **Impessoalidade:** A atuação do servidor público deve ser neutra, sem discriminação ou favorecimento pessoal.
- **Moralidade:** A administração pública deve pautar-se pela ética e probidade, buscando o bem comum.
- **Publicidade:** Os atos da administração pública devem ser transparentes, de forma a permitir o controle social.
- **Eficiência:** O serviço público deve ser prestado com qualidade e de forma eficiente, visando ao melhor atendimento das necessidades da sociedade.

Valores Éticos no Serviço Público

Além dos princípios, o serviço público também é regido por valores éticos fundamentais. Entre esses valores estão:

- **Integridade:** A honestidade e a retidão moral são valores essenciais para a atuação no serviço público.
- **Respeito:** O respeito pelos direitos e dignidade das pessoas é fundamental para a construção de uma sociedade justa.
- **Responsabilidade:** A responsabilidade na gestão dos recursos públicos e no cumprimento das atribuições é crucial.
- **Accountability:** A prestação de contas é um valor que assegura a transparência e a responsabilização dos agentes públicos.

Direitos e Deveres dos Servidores Públicos

Os servidores públicos têm direitos garantidos pela Constituição, como a estabilidade no emprego, remuneração digna e acesso à capacitação. No entanto, esses direitos estão intrinsecamente ligados a deveres, como o cumprimento das obrigações funcionais, a atuação de acordo com os princípios éticos e a observância das leis e regulamentos.

A Constituição Federal também estabelece que o servidor público deve dedicar-se integralmente ao serviço, não se envolver em atividades político-partidárias e atuar com zelo e probidade.

Os princípios e valores éticos do serviço público, conforme delineados pelo Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, constituem a base para a construção de uma administração pública transparente, eficiente e responsável. O cumprimento desses princípios e valores é essencial para garantir que o serviço público atenda aos interesses da sociedade, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento do país. É responsabilidade de todos os agentes públicos, em todas as esferas de governo, agir de acordo com esses princípios e valores, contribuindo para uma gestão pública ética e eficaz.



Eixo Temático 5 - Inglês

Reading Comprehension

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor manter a calma, e se embasar nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

• **Skimming:** trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.

• **Scanning:** através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.

• **Cognatos:** são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única diferença é que em português a palavra recebe acentuação. Porém, é preciso atentar para os chamados falsos cognatos, ou seja, palavras que são escritas igual ou parecidas, mas com o significado diferente, como “evaluation”, que pode ser confundida com “evolução” onde na verdade, significa “avaliação”.

• **Inferência contextual:** o leitor lança mão da inferência, ou seja, ele tenta adivinhar ou sugerir o assunto tratado pelo texto, e durante a leitura ele pode confirmar ou descartar suas hipóteses.

• **Reconhecimento de gêneros textuais:** são tipo de textos que se caracterizam por organização, estrutura gramatical, vocabulário específico e contexto social em que ocorrem. Dependendo das marcas textuais, podemos distinguir uma poesia de uma receita culinária, por exemplo.

• **Informação não-verbal:** é toda informação dada através de figuras, gráficos, tabelas, mapas, etc. A informação não-verbal deve ser considerada como parte da informação ou ideia que o texto deseja transmitir.

• **Palavras-chave:** são fundamentais para a compreensão do texto, pois se trata de palavras relacionadas à área e ao assunto abordado pelo texto. São de fácil compreensão, pois, geralmente, aparecem repetidamente no texto e é possível obter sua ideia através do contexto.

• **Grupos nominais:** formados por um núcleo (substantivo) e um ou mais modificadores (adjetivos ou substantivos). Na língua inglesa o modificador aparece antes do núcleo, diferente da língua portuguesa.

• **Afixos:** são prefixos e/ou sufixos adicionados a uma raiz, que modifica o significado da palavra. Assim, conhecendo o significado de cada afixo pode-se compreender mais facilmente uma palavra composta por um prefixo ou sufixo.

• **Conhecimento prévio:** para compreender um texto, o leitor depende do conhecimento que ele já tem e está armazenado em sua memória. É a partir desse conhecimento que o leitor terá o entendimento do assunto tratado no texto e assimilará novas informações. Trata-se de um recurso essencial para o leitor formular hipóteses e inferências a respeito do significado do texto.